

**DECRETO Nº 13/2020
DE 25 DE JANEIRO DE 2020**

**DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS
ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR
INUNDAÇÃO – 1.2.1.0.0 E DESLIZAMENTOS –
1.1.3.2.1**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE/MG**, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal 12.608 de 10 de abril de 2012, o Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e,

CONSIDERANDO a gravidade dos efeitos decorrentes das fortes chuvas que atingiram o Município nos últimos dias, em especial na noite do dia 24/01/2020 e manhã do dia 25/01/2020, com precipitação intensa, extrapolando a capacidade de drenagem urbana, provocando alagamento de ruas, avenidas, bloqueios de vias de acesso, rompimento de galerias e redes pluviais, e deslizamento de barrancos em vários trechos de vias, e residências ocasionando o desabrigo e o desalojamento de várias famílias;

CONSIDERANDO que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos do desastre bem como para assistência e socorro aos afetados;

CONSIDERANDO que em consequência deste desastre resultaram os danos materiais e ambientais, bem como prejuízos econômicos e sociais, descritos no requerimento FIDE anexo em vários bairros do Município;

CONSIDERANDO que concorre como agravante da situação de anormalidade, o grande volume precipitado em pequeno intervalo de tempo, extrapolando a capacidade de drenagem de águas pluviais existente, provocando inundações, alagamentos e deslizamentos e resultando em danos materiais e ambientais, além dos prejuízos econômicos sociais em vários locais;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, relata a ocorrência deste desastre e é favorável à **Declaração de Situação de Emergência**;

CONSIDERANDO ainda, que mesmo com a eventual diminuição da incidência das chuvas, permanecem os seus efeitos e a necessidade de recuperação dos danos dela decorrentes;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica **Declarada Situação de Emergência** nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE, e demais documentos anexos a este Decreto em virtude do desastre classificado e codificado como Inundação – 1.2.1.0.0 e Deslizamento – 1.1.3.2.1 – COBRADE, conforme IN/MI 02 de 20 de dezembro de 2016 do Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuar sobre a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de reposta ao desastre e reabilitação e reconstrução do cenário.

Art. 3º Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de reposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido com os incisos XI e XXV da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de respostas aos desastres, em caso de risco iminente:

- I - Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II - Usar de propriedade particular nos casos de iminentes perigos públicos, assegurado ao proprietário indenização ulterior se houver dano comprovado;

Art. 5º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei 8666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de contratos de licitação de aquisição de bens necessários às atividades de repostas ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

João Monlevade, 25 de janeiro de 2020.

Simone Carvalho
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo quinto dia do mês de janeiro de 2020.

Eduardo Bastos
Assessor de Governo Interino